

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 46.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Maio de 1971 — (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Ovídio Franzoni, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumoni, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes, os srs. deputados: Wilson Fortes, Francisco Escorsin e Fuad Nacli (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob o n. 10, do senhor Henrique Pretti, Vice-Presidente do Estado do Espírito Santo, comunicando haver sido empossado para aquele cargo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 328, do senhor deputado Jacob Pedro Carolo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando haver sido eleito a nova Mesa Diretora daquele Poder, para o período 1971-1973. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 1-71, do senhor João Samuel Rodrigues, Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, comunicando haver assumido aquele cargo, em virtude do afastamento do senhor Clemente Adamowicz, por motivo de saúde. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, comunicando a esta Casa

que conforme determinação judicial datada de 22 de março do ano em curso, foi inteiramente acolhido, o Mandato de Segurança n. 57-71, impetrado contra a Câmara do citado município e desta forma, legalmente foi reintegrado no seu real cargo de Prefeito Municipal, o senhor Jacintho Mandelli. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 387-71, do senhor Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação da proposição de iniciativa do senhor Vereador Horácio Rodrigues Sobrinho, subscrito por demais Vereadores, consubstanciado em voto de confiança e apoio ao Governo do Excelentíssimo senhor doutor Haroldo Leon Peres. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 78-71, do senhor Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando a esta Casa, cópia autêntica do discurso do senhor Vereador Horácio Rodrigues Sobrinho, pronunciado em Sessão Plenária daquela Câmara, em data de 19 do mês próximo passado. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 343, do senhor Paulo Soares Cintra, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, comunicando a nova constituição da Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Do senhor José Galhardo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí, comunicando haver sido empossada a Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 7-71, do senhor Joaquim Arana Gonzales, Presidente da Câmara Municipal de Jaboti, comunicando haver sido extinto o mandato do Vereador Luiz Ribeiro Castro de Carvalho, por motivo de ter deixado de comparecer a cinco reuniões extraordinárias, sem justificação. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 141-71, do senhor Daniel Miranda, Presidente Municipal de Mamborê, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 1-71, do senhor Adão Paz Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de São João do Ivaí, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal, durante o período 71-72. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 126-71, do senhor Dr. Edison Küster, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, comunicando a aprovação unânime por aquele Legislativo, do requerimento do senhor Vereador Lucilio dos Santos Vieira, consubstanciado em cumprimentos e congratulações aos senhores Parlamentares deste Poder, pela escolha do Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, representante daquele Município, à Presidência da Comissão de Agricultura. — Ao conhecimento da Casa e do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 1-71, do senhor Francisco Socek, Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, comunicando haver sido empossada na Comissão Executiva daquele Legislativo, como Presidente, a fim de dirigir os trabalhos durante o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 215-71, do senhor José Petrelli Gastaldi, Diretor em exercício da Comissão de Planejamento Econômico do Estado do Paraná, comunican-

do sua posse por indicação do Excelentíssimo senhor Governador do Estado, para aquele cargo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 385-71, do senhor Wilson B. de Andrade, comunicando haver assumido o cargo de Diretor Geral do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Da Prefeitura Municipal de Imbituva, convidando a Presidência desta Casa, para participar das comemorações alusivas ao centenário de Fundação do referido município. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do senhor Manoel de Moura Bueno, Presidente da Câmara Municipal de Ibaiti, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa.

Do MEC — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Centro de Recursos Audiovisuais de Curitiba; Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa e Fundação Konrad Adenauer, convidam a Presidência desta Casa, para assistir a inauguração do Curso Nacional de Produção em Teleducção. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n. 71-164 do senhor Edgard Ribeiro Menezes, Diretor-Superintendente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, comunicando sua investidura naquele cargo. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Azarias Diniz, Presidente da Câmara Municipal de Mariluz, comunicando haver sido eleita e empossada a mesa Diretora daquela Câmara, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n. 1-71, do senhor Donald Loyola Ribeiro, Presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, comunicando haver sido eleita a Diretoria Executiva daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Do senhor João Mendes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, convidando a Presidência deste Poder, para a solenidade de comemoração ao 60 anos de sua fundação. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n. 59-71, do senhor Irmão Vital Daros, Diretor do Colégio Santa Maria, em nome dos alunos do Grêmio do Santa Maria, convidam a Presidência desta Casa, para a solenidade de abertura da VII Olimpíada Interna do referido colégio, a realizar-se no dia de hoje, às dezenove horas no pátio daquele Estabelecimento de Ensino. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

EMENDA ao Projeto de Lei n. 312-70

No artigo primeiro, substitua-se a expressão "Jataí de Alcântara" pela seguinte:

"JATAÍ".

Sala das Sessões, em... de maio de 1.971.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o atual Município de Jataizinho sempre foi conhecido apenas por "Jataí", desde a época de sua criação, é que apresentamos esta iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê a indispensável guarida.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, do sr. Luiz Neppel conceituado comerciante e líder comunitário, residente em Lajeado, município de Rio Negro.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência do mesmo à família entulada.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.971.

Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, Requer ouvido o Plenário, que se consigne na Ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pela recondução do engenheiro Luiz Antônio Veloso de Souza ao cargo de diretor-presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, "COHAB", tendo, como companheiros de diretoria, o advogado Lourival Raymundo e o arquiteto Joel Ramalho Júnior, todos eleitos em assembleia geral extraordinária, presidida pelo Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.971.

(a) Borsari Neto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, Requer, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Casa um voto de regozijo pela posse do excelentíssimo senhor Tenente Coronel Clovis Cunha Viana, nas altas funções de Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Esta escolha evidencia o cuidado especial que o Governo do Estado devota ao problema de terras, preocupado sinceramente que o mesmo venha a ser definitivamente afastado, desta parte não só solucionando-o sob o império da lei, como contribuindo para que ao mesmo seja imprimido, futuramente, um regime de correção e justiça em sua distribuição.

O Tenente Coronel Clovis Cunha Viana deixou, em sua passagem pela presidência do GETSOP — Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná —, o traço marcante de sua personalidade de escól, pois foi grande responsável pela solução alta dos problemas de terras litigiosas das glebas de Missões e Chojim, na região Sudoeste, até os dias atuais merecedora da gratidão de todo o povo daquela próspera e realizadora região.

A experiência de Sua Excelência, no trato do palpitante e delicado problema constitui-se por si só, plena segurança de consagrado êxito no cumprimento de sua nova missão, singularmente benéfica para os mais reclamados propósitos de paz, tranquilidade e trabalho, fator de progresso constante para o nosso Estado.

É imperativo, pois, o reconhecimento da feliz escolha do Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leoni Peres, inspirada pelo seu permanente desejo de revelar, no Paraná, uma política de real aproveitamento de nossas preciosas reservas humanas, oferecendo-lhe plenas responsabilidades nas lutas pela grandeza cada vez mais crescente de nosso Estado.

Ao ensejo, solicita o signatário que, da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo e ao Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel Clovis Cunha Viana.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.971.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando.

1. A existência de inúmeras indústrias nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul;
2. O funcionamento, no segundo Município, da maior fábrica de cimento de nosso Estado;
3. As inúmeras facilidades oferecidas pelo Poder Executivo de ambos Municípios para a instalação de indústrias;
4. Que, muitas vezes apesar dos incentivos, os industriais deixam de executar ali os seus empreendimentos pela falta de comunicação com Curitiba e outros centros do País através de telefone.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, officie-se ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando que S. Exa. se digne determinar aos órgãos competentes da Companhia de Telecomunicações do Paraná, os estudos e projetos necessários para a implantação de rede telefônica nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Esta Presidência designa a Comissão dos seguintes srs. Deputados para receberem S. Exa. o sr. general Ayrton Tourinho, Comandante da 5a. Região Militar, que visita esta Casa: Lázaro Dumont, Acyr José, Gilberto Carvalho, Odilon Reinhardt e Nivaldo Krüger.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati. (Pausa).

Não se encontrando presente o orador, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, está encerrado o Pequeno Expediente.

(Concede a palavra, para falar no Grande Expediente, aos srs. deputados Paulo Camargo, Helio Manfrinato, Igo Losse, Leopoldo Jacomel, que declinam do uso da palavra).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Temos uma responsabilidade enorme a pesar sobre os nossos ombros, nestes dias em que tramita por esta Casa o ante-projeto de reforma constitucional.

Deveria ele representar a legítima expressão direta da vontade popular. E este é o instante, srs. Deputados, de demonstrarmos a nossa fidelidade ao povo, de demonstrarmos que somos representantes do povo e não unicamente instrumentos de um Poder Maior. É o instante para provarmos a nossa afeição à democracia, à legalidade, à Justiça e ao Direito.

Procura-se impôr ao Paraná uma Constituição que virá contrariar a própria essência do regime democrático.

Lembro-me, neste instante, das palavras do grande Rui Barbosa, de inteligência brilhante e raríssima. Dizia ele: "A reforma constitucional não pode ser o espólio dos triunfos da ambição, pois a democracia é um Governo de leis e não de indivíduos". As leis independem de indivíduos. As Constituições não devem se subordinar à vontade dos eventuais governantes. Não podemos nós, legisladores deste Estado, permitir a ampliação de um Poder a custa do esvaziamento e do amesquinamento de outros Poderes, inclusive daquele que representamos. Os homens se dignificam, curvando-se diante da lei, para que não precisem, um dia, ajoelharem-se diante dos tiranos.

Devemos defender a integridade e o prestígio deste Legislativo, pois neste instante corre-se o risco de ver lançada sobre esta Casa de Leis a mancha

do desprestígio e da desmoralização. Esta Casa não nos pertence. Pertence ao povo dêste Estado e nós, os representantes dêste povo, precisamos retribuir à confiança em nós depositada. Sendo a Constituição a vontade expressa do povo deveria ser consultado, através de suas entidades representativas. Eu pergunto: Consultou-se, por acaso, a Associação dos Funcionários Públicos, a Associação dos Professores? Pretendeu-se, nesta Casa, consultar, inclusive o Judiciário, até mesmo o Ministério da Justiça? Infelizmente não se permitiu.

Hoje, no entanto, comparecemos a esta tribuna, no Grande Expediente, para focalizar, nesta Constituição, aspectos de grande importância para a cultura e educação de nosso Estado.

Procuramos, com nossos modestos recursos, defender uma classe sofrida e marginalizada — a classe dos professores. O professor que tem, até aqui, demonstrado um espírito de resignação cristã, não viu, lamentável e desgraçadamente, até o presente instante, a solução de seus mais prementes problemas; o atendimento de suas mais sensatas reivindicações; o atendimento aos seus direitos adquiridos. Isto tudo, infelizmente, porque os responsáveis não entendem ou procuram não entender que o mestre é o grande artifice da Pátria. Enquanto o mestre dedica-se extraordinariamente a êste Estado, nada recebe em troca da sua importância para o desenvolvimento e para o progresso. Não se lembram que das mãos hábeis ou inábeis do mestre há de sair a grandeza ou a impotência da nacionalidade. Não se lembram que enquanto outros artifices manejam objetos, manipulam coisas, o professor constrói a nação. Nenhum servidor nacional, portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, deve sofrer a observação mais atenta por parte do Poder Público, maior cuidado, por sua aptidão e possibilidade, uma seleção mais cuidadosa. Também, nenhum servidor deve merecer atenção mais entusiasta, um carinho mais vigilante, um amparo mais significativo.

Enquanto os obreiros produzem utilidades indispensáveis, o professor é o formador, é o mestre, é o guia. O povo só será patriota, o povo só será moralizado, o povo só será consciente de sua missão a cumprir nesta terra, se o professor fôr moralizador, se o professor fôr patriota, se o professor fôr consciente de sua função, sobretudo, se o professor fôr devidamente amparado.

E neste instante que nos lembramos da nossa importância de legislador na defesa da educação de nosso Estado. Porque, na verdade, não demos ainda o devido valor à educação para a segurança nacional, dentro dos verdadeiros recursos humanos através da educação.

Fala-se muito em reforma, mas esquece-se que reforma em educação, feita sem um critério, feita apenas em tom político, pode ser muito encarratadora, mas nada acrescenta de útil ao ensino; muito pelo contrário, apenas conturba o ensino.

Pouco adiantará, sr. Presidente, srs. Deputados, possuírmos extraordinários prédios escolares, belos, ricos e equipados, se o professor não receber a devida atenção.

Deve repousar, sobretudo, antes de tudo, e com maior eficiência sobre o mestre, as vistas da administração pública.

Infelizmente, não se dá, ainda, o justo e devido amparo ao professor, que continua marginalizado.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre deputado Alvaro Dias, estamos ouvindo a brilhante explanação de V. Exa., que se refere à recusa desta Casa de ouvir um órgão que poderia manifestar, inclusive dar o parecer jurídico a respeito da proposta de emenda, à Constituição, encaminhada à esta Casa pelo sr. Governador do Estado.

Recusaram os Deputados do Governo o pedido para que fôsse ouvido o Ministério da Justiça, ou mesmo o Poder Judiciário. E nós gostaríamos de fazer um apêlo a uma pessoa que para isso tem condições, tem poderes

para isso, o general Ayrton Tourinho, cujo pai, na década de 30, foi o responsável pela pacificação política do Paraná.

Esta Casa está cometendo um grave crime, passando por cima do Ato Complementar n.º 46, e da própria Constituição do Brasil. E gostaríamos de lançar um apêlo ao general Ayrton Tourinho, que vem ao Paraná, a exemplo de seu pai, para pacificar também o nosso Estado, para que, em momento algum, permita que se firam, aqui, os preceitos constitucionais.

Era o aparte, muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados, dizíamos nós que não recebera ainda o mestre a atenção que merece, como depositário da educação. O mestre, como plantador do futuro, o mestre que lança a semente para o amanhã.

Nós apresentaremos hoje, como outros companheiros apresentaram, emendas que procurem garantir ao magistério de nosso Estado, a segurança para menores dias. Pedimos o apoio, pois pretendemos inserir duas emendas na Constituição.

A Constituição Estadual do Paraná, promulgada no dia 28 de fevereiro de 1970, trazia dois dispositivos novos que representavam uma esperança para o magistério paranaense. O primeiro, inserido no parágrafo 1.º do artigo 64, diz o seguinte: "o funcionário estável podera ser nomeado para outro cargo independente de concurso. E o segundo, no artigo 160, estabelecendo prazo para regulamentação do regime jurídico do professor suplementarista.

Esses dois dispositivos teriam a finalidade de dar maiores condições para a profissionalização do magistério de nosso Estado. E o que acontece agora, quando recebemos essa Constituição já cognominada de diversas formas por vários parlamentares desta Casa? Acontece simplesmente que êsses dois dispositivos são excluídos do novo texto constitucional. E nós apelamos para a sensibilidade dos srs. Deputados. Não vemos nada que possa prejudicar este Estado e o governo, com a aprovação dessas emendas, que procuram beneficiar uma classe que trabalha para o progresso e desenvolvimento do Paraná.

Nós procuramos justificar as emendas. Entendemos que o regime jurídico do professor suplementarista é um direito adquirido. Essa classe sofrida não pode continuar sendo marginalizada pelo poder público, há muitos e muitos anos só oferecendo sem receber. Temos cerca de 7 mil professores suplementaristas neste Estado, que não têm sequer condições de receber um atendimento médico-hospitalar. Estão completamente desassistidos. É uma classe sem assistência social, sem os benefícios do IPE.

Nós entendemos, portanto, que esta deva ser a oportunidade de se fazer justiça, justiça a êsses professores que contribuem na sua labuta diária para o desenvolvimento do Estado.

Imaginem os senhores se fôsem eles lecionar proporcionalmente ao que recebem. Dariam apenas 50% de suas reais possibilidades e aptidões. Porque recebem um salário que representa quase a metade daquilo que recebe o professor efetivo.

Mas, poderíamos ficar apenas abordando o problema do suplementarista, horas e horas nesta tribuna.

Porém, passamos para outro dispositivo que também pretendemos que seja inserido no contexto da nova Constituição Estadual. Com referência à acumulação de cargos para o concursado, que reputamos como uma reivindicação justa e legal, que é reivindicação que não conflita com o art. 74, parágrafo 3.º, inciso VI da Constituição Federal que diz: "O provimento de cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá sempre de prova de habilitação, que consistirá em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial."

Neste artigo se baseiam aqueles que não querem o segundo padrão para

o professor concursado. Entendemos que não há conflito no ensino médio, porque não há cargos iniciais ou finais. Cargos iniciais e finais existem somente para o ensino superior, onde existem assistentes e o professor da cadeira.

O cargo único existe no Ensino Médio, apenas acumulável com outro cargo da mesma matéria ou matéria correlata.

Portanto, entendemos que é uma medida justa e fundamentada legalmente e pedimos, sobretudo, a análise criteriosa da Comissão de Justiça esta emenda.

Acumulação de cargo poderá dar melhores condições de profissionalismo ao magistério, porque entendemos que o Professor poderá dedicar-se mais ao ensino; o professor terá maiores condições, uma vez que o seu salário será elevado.

Incluimos também nesta emenda o médico, porque ele é de grande necessidade ao Estado. Desta maneira haverá maiores atrativos para o ingresso do médico na função pública. Aliás, todos os srs. Deputados conhecem a frase "A saúde do povo é a suprema lei". Contribuamos, portanto, para que a saúde do povo seja preservada com o ingresso de mais médicos na função pública, para atender à vastidão do interior paranaense.

A acumulação de cargos não promoverá uma enxurrada de nomeações. Pelo contrário, a Secretaria de Educação e Cultura terá condições para disciplinar o atendimento daqueles que realmente possuem direitos adquiridos e prioridade para a ocupação destes cargos.

Justificando ainda esta Emenda pleiteada, lembramos o art. 60 da Constituição Estadual no seu parágrafo primeiro, e o art. 97 da Constituição Federal em seu parágrafo primeiro que estabelece:

"Que a primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

Como vemos, as Constituições Federal e Estadual se referem apenas à primeira investidura. O que se pleiteia, portanto, é um aperfeiçoamento da lei, porque a lei imperfeita desestimula e até desvaloriza o professor, de vez que ele corre o risco de fazer um segundo concurso da mesma matéria e se ver desmoralizado por uma reprovação, pois nem sempre o seu conhecimento o credencia a ser aprovado. Existem muitos fatores que contribuem para que o professor, num concurso desta natureza, possa ser infeliz, embora tenha sido aprovado em primeira instância.

Seria de se supor que a situação da educação em nosso Estado é extraordinária, é espetacular, e que não existe problema de professor.

Mas, num levantamento imperfeito, incompleto, efetuado apenas para efeito do concurso realizado no ano passado, constatou-se a existência de vagas reais em número de 4 320 sem se computar ainda a nova cadeira obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino do Estado e do País, a cadeira de Educação Moral e Cívica, para a qual ainda não se realizou concurso; e esta cadeira, por baixo, abre mais de 700 vagas no ensino público estadual, e ainda não nos referimos às matérias técnicas, as matérias da Escola Técnica de Comércio, da Escola Industrial, da Escola Agrícola. Também para estas matérias não se efetuou concurso e sabemos, de fonte digna de crédito, que pretende a Secretaria de Educação e Cultura criar, para funcionamento já no próximo ano, 83 ginásios voltados para o trabalho, ou seja com vistas à preparação de mão de obra. Realmente, estamos na hora da técnica e somente através da ciência e da técnica poderá este País dar um saldo sobre o seu atraso e propiciar a seus filhos condições de vida condigna, mas se há necessidade dessas escolas, aonde se buscará o professorado? Hoje mesmo, quais os professores que estão transmitindo estes estudos necessários? São Professores classificados? Por que não aproveitar professores qualificados com padrão, já que o padrão só lhe permite 10 au-

las? Por que não aperfeiçoarmos a lei agora, inserindo no texto da Constituição este dispositivo que permite...

(É interrompido pelo Presidente)

O SR. PRESIDENTE — Suspendo os trabalhos desta Sessão para ceber no Salão Nobre desta Casa, S. Exa. o Sr. General Ayrton Tourinho. Convido os srs. Deputados para comparecerem à recepção.

(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Concedo a palavra ao sr. deputado Álvaro Dias, para concluir a sua oração.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Falávamos nós das aspirações do magistério paranaense. Longe de nós, no entanto, a pretensão ou a intenção de dizer que, neste Estado, nada se faz em benefício da educação

Conquistas valiosas obteve o magistério paranaense no decorrer dos anos. Apenas afirmamos que ainda não se fez justiça, que ainda não se concedeu a esta classe os direitos a que faz jus.

Poderíamos citar agora, as conquistas dos últimos anos do Magistério Paranaense: o Estatuto do Magistério, o quadro próprio do magistério, a lista triplíce, além das grandes coisas que se faz na educação do nosso Estado, como a criação de inúmeras universidades

No entanto, não desejamos que fique apenas nisso, não desejamos que pare aí.

E é porisso que entendemos nós, os Deputados, que neste instante devemos nos inteirar das nossas responsabilidades.

Devemos olhar para a juventude deste Estado, sedenta de educação e de cultura; devemos olhar para os jovens, para as crianças que representam o futuro, devemos olhar o amanhã do nosso Estado e da nossa Pátria. Estas crianças e estes jovens são atingidos diretamente por estes benefícios. Não devemos alimentar ilusões, devemos olhar para a mancha negra do analfabetismo, a vergonha do povo brasileiro, embora saibamos nós que, somente com bases profundamente culturais, poderemos alicerçar com firmeza as conquistas, as vitórias do progresso e do desenvolvimento deste País. Fora disso tudo será efêmero, nada será eterno. Estamos cansados de ouvir dizer que educação é o fator primordial para o desenvolvimento. Coloquemos, portanto, em primeiro plano, a educação. Coloquemos a educação como fator que poderá trazer a este País a condição necessária para fugir do subdesenvolvimento. Queremos também, como resultado do problema educacional, que os outros problemas, também graves, sejam solucionados com mais facilidade.

Olhemos com coragem, olhemos com realismo, porque sabemos perfeitamente que o futuro de cada país, depende dos jovens que têm o benefício da verdadeira educação, que os livra da ignorância e da tirania; somente com a verdadeira educação, poderemos escapar da miséria, ignorar a pobreza e viver num país onde coisa como injustiça, escravidão e tirania não existem.

Apelamos pois, sr. Presidente, srs. Deputados, para a sensibilidade dos senhores; é um apelo de quem se julga representante do povo e instrumento do povo, e não instrumento do governo. É um clamor que se faz em nome do Estado, em nome da educação, em nome da criança, em nome do jovem, em nome do progresso em nome do desenvolvimento.

O mestre merece o nosso respeito; tem direitos adquiridos que devem ser respeitados; não pede ele favores; oferece ao Paraná o valor do seu trabalho e exige que se faça justiça, que se garanta os seus direitos, que respeitemos os seus direitos. Tornemo-nos defensores dos professores, dos direitos dos mestres.

Era só, sr. Presidente. Queremos agradecer a gentileza dos senhores Deputados que atentos ficaram ao nosso pronunciamento a respeito de assunto de tão grande importância, e que nos julgamos incapacitados para

oferecer uma contribuição ainda maior para que a educação dêste Estado abordá-lo em maior profundidade. Julgamo-nos incapacitados para poder alcançar realmente um estado de evolução capaz de trazer os benefícios que tanto almejamos.

Muito obrigado. (Sem revishão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Será breve minha passagem nesta tarde, por esta tribuna, pois aqui apenas pretendo tecer alguns comentários sobre duas emendas que submeterei à esta Casa, emendas à proposição 15/71, do Sr. Governador do Estado do Paraná, que reforma a Constituição Estadual. Uma emenda que visa auxiliar o Governo do Estado naquilo a que êle se propõe: adaptar a Carta Magna do Paraná ao texto da Constituição Federal.

Vejo e observo que se fala sempre, em adaptação da Constituição do Estado à Constituição Federal, quando se trata de restringir os poderes da Assembléia, os poderes do judiciário; quando se trata sempre de fortalecer a posição do Executivo.

Mas é preciso que se faça uma adaptação também quando se trata de restringir êstes poderes, quando restringe a Constituição Federal os poderes do Chefe do Executivo da União.

Ora, sr. Presidente, diz a Constituição Federal, no que diz respeito à designação dos membros do Tribunal de Contas da União, "que a indicação destes membros, embora procedida pelo Poder Executivo, deva ser submetida à prévia aprovação do Senado Federal". Por que, em nosso Estado, não vamos proceder da mesma maneira? Por que aqui, basta o Executivo indicar, e não se tem que submeter à apreciação da Casa o nome para Conselheiro, Auditor e Procurador do Tribunal de Contas? Esta é a emenda que propomos à apreciação da Casa e da douda Comissão. Pretendemos que a indicação para o preenchimento das vagas de Conselheiro, Procurador e Auditor do Tribunal de Contas do Estado deva ser submetida à apreciação da Casa. É uma valorização de nosso Poder, é uma valorização que o governo da União deu ao Senado Federal. Os membros do Tribunal de Contas da União têm seus nomes, quando indicados pelo Executivo, submetidos à aprovação do Senado Federal. Não entendo que se fale em adaptação no que dá ao Executivo maiores poderes. Entendo que adaptação é no aspecto que tira do Executivo certas prerrogativas ditatoriais.

Outra emenda que reputo das mais sérias é a que diz respeito à moralidade da proposição que se encontra na Casa, de reforma constitucional. Vejam os senhores a que ponto a omissão do Legislador pode levar, um diploma da importância de uma Carta Magna, a ser modificada em detrimento da moral administrativa. Votou-se, na Constituição anterior — e digo anterior, esta Constituição que está em vigência — votou-se, nesta Constituição, uma pensão vitalícia aos senhores governantes, após cessar a investidura do cargo. Ora esta pensão, no texto da Constituição em vigor, não pode ser acumulada com outros proventos de fontes públicas. No entanto, a emenda que vamos apreciar, admite a acumulação. Vejam os senhores a que ponto iremos chegar! Um Governador, deixando o cargo, receberá a pensão. Se voltar outra vez, além de receber os vencimentos de seu posto, receberá aquela pensão. Vejam o absurdo de um Governador que deixa o posto e é eleito Senador. Receberá a pensão e os proventos de Senador. Onde iremos chegar? Não se pode comparar o tratamento que o Executivo Federal dispensa, no texto constitucional, à figura do Presidente da República com o que se quer dispensar no âmbito estadual. É muito diferente este relacionamento em relação ao Governador do Estado. A vigorar esta interpretação do jurista do Palácio Iguaçu, esta pensão será dada, no futuro, aos Prefeitos Municipais.

Onde está o pudor? É preciso que a Casa atente para este absurdo. Teremos ex-governadores recebendo pensão de Governador, subsídio de Deputado, soldo de militar reformado e, quem sabe, vencimentos de Presidente da República, acumulados.

Quero, pois, submeter a esta Casa esta emenda, e quero crer que foi um descuido que deve ser sanado. Caso contrário, sairemos pelo Paraná afora, mostrando esta imoralidade que é a proposição submetida à Casa, neste aspecto. Não podemos conceber este acúmulo, quando vemos tanta gente passando fome, vemos pessoas sem sequer um emprego, sem ao menos um trabalho, e vamos dar pensão ao ex-governador, a homens de recursos, além de permitir a acumulação dessas pensões.

Nenhum funcionário público tem o direito de acumular coisa alguma, mas ex-governador tem. E essa proposta veio exatamente do Executivo. É uma proposta imoral. E eu espero que esta Casa corrija.

É neste sentido, sr. Presidente, srs. Deputados, que estou submetendo a esta Casa uma emenda. O texto constitucional emendado passaria a ter os termos da Constituição em vigor: "Cessada a investidura do cargo do Governador, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus, a título de representação, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, desde que não tenha sofrido suspensão de direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício, igual ao vencimento do cargo de desembargador."

Ora, sr. Presidente, eu já acho imoral esta pensão. Não é impossível, mas muito improvável, que alguém...

Nobre Deputado, quero discordar de V. Exa. quando V. Exa. acha imoral.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A Constituição de 1970 ter atribuído aos ex-governadores uma pensão vitalícia. Não é imoral, nobre Deputado. É o reconhecimento de um povo pelo muito que um governador fez por seu Estado. Isto é usual em quase todos os países do mundo. É quase uma cópia fiel da Constituição Federal, que atribui também aos ex-presidentes da República. Porque nós sabemos muito bem que quando um governador deixa seu cargo e não tem condições econômicas, quando não é homem dotado de recursos financeiros, ele encontra dificuldades em encontrar emprego. Admitimos o exemplo de um governador que saiu do Governo como entrou — pobre — que não tem fortuna, que não tem bens pessoais, e que precisa trabalhar para sua manutenção, para a manutenção de seus familiares. Ele encontra dificuldades para obter colocação. Porque existem muitos empresários que se sentem constrangidos em ter como seu empregado um ex-governador de Estado.

Portanto, a pensão atribuída aos ex-governadores pela Constituição do Estado, votada por esta Casa, em 1970, é muito justa não é imoral; como diz V. Exa. Imoral é a emenda proposta, porque possibilita a acumulação.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — É isto que estou dizendo.

O sr. Erondy Silvério — ...mas V. Exa. foi infeliz quando diz que a Constituição de 70 é imoral. Não é. É o reconhecimento de um povo a aqueles que deram tudo de si pelo seu Estado, e não têm recursos financeiros para sua manutenção e para manutenção de seus familiares.

Nós temos o exemplo do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que saiu pobre do Governo e teve que reassumir seu emprego na Caixa Econômica Federal. Se ele não tivesse seu emprego, teria dificuldades para sua manutenção e para a manutenção de seus familiares.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa. talvez eu tenha me expressado mal....

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. se expressou mal.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — ...o que estou caracterizando como imoral é a emenda proposta que permite a acumulação. Concorde com V. Exa. que seja possível embora muito pouco provável, que um ex-governador não tenha condições de subsistência própria. Entretanto admito, como

V. Exa. que, em benefício da própria dignidade do cargo, essas condições devam ser mantidas, mas discordo quando — e é isto que me traz à tribuna — discordo quando se pretende permitir acumulação com outros proventos recebidos de cofres públicos. Por isso é o que propus uma emenda no sentido de que fôsse restabelecido o texto da Carta a que V. Exa. se refere. O texto da Carta de 1970, porque ali, muito sábiamente, o legislador vedou a acumulação. Vamos configurar algumas situações, para que se tenha uma idéia do que pretendemos evitar: vejamos um Governador, que deixa o seu mandato após cumpri-lo integralmente. Passará a receber uma pensão. Amanhã, após 4 anos, ele retorna ao Governo do Estado. Pois bem, receberá, além dos vencimentos de Governador, mais a pensão. Se isso não é imoral, então eu declino de interpretar qualquer fato à luz da moralidade.

Todo o Paraná entenderá que foi um descuido do Governo quando remeteu a sua proposta de reforma à Constituição com esse artigo. É necessário que não seja alterado o artigo da Constituição de 1970, que é altamente moralizador. Assim sendo, submeto a douta Comissão que irá apreciar a reforma constitucional, essa emenda. Apresento-a com tranqüilidade. Sei que estou cumprindo meu dever de representante do povo, sei que é uma emenda que poderei apresentar àqueles que me indicaram para representá-los nesta Casa, dizendo a eles que cumpri com meu dever, em defesa da moralidade administrativa, em defesa dos mais elevados interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, do Vereador Ezequias Losso.

Passa à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa Emenda ao Projeto de Lei n. 321-70, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **Redação Final** — do Projeto de Lei n. 30-70, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do D.A.E.E., o material Elétrico entregue em comodato àquele Prefeitura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 30-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, o material elétrico entregue em comodato àquele Prefeitura.

Art. 2.º — Para melhor resguardar os bens públicos, a doação deverá ser condicionada à sua inalienabilidade a qualquer título e, se esta ocorrer, o patrimônio reverterá ao doador.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira - Presidente. — Pinto Dias - Relator.
— Maurício Fruct.

— 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 305-70, de autoria do dep. Eron-dy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal

de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à Mônica Angélica Silveira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. — **Aprovado.**

— **2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 312-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, fica denominado "Jataí de Alcântara", o atual Município de Jataizinho.. — Parecer favorável da C.C.J. — Ao referido projeto foi apresentada emenda de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovada.** — **Aprovado o projeto.**

— **1a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 178-70, de autoria do dep. Eurico Batista Rosas, que proíbe a aquisição de veículos automotores das categorias "Luxo", Esporte e de procedência estrangeira", para o serviço Público Estadual e Órgãos da Administração indireta e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 178-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica proibida a aquisição, para o serviço público estadual, inclusive órgãos da administração indireta, sob pena da legislação que define os crimes de responsabilidade de veículos automotores das categorias "luxo" e "esporte" ou de procedência estrangeira, quando houver similar de fabricação nacional.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1.970.

a) Deputado Eurico Batista Rosas

JUSTIFICATIVA — Um povo pobre, como somos, não pode financiar o desejo de ostentação pública de alguns dirigentes administrativos.

O equipamento do serviço público deve corresponder às posses da massa de contribuintes, especialmente dos que suportam com maior dificuldade a tremenda carga tributária, oriunda dos três níveis de governação entre nós estabelecidos.

Os especialistas denunciam como atestado de subdesenvolvimento o LUXO exibido em repartições, gabinetes, veículos e comitivas que servem à burocracia dos poderes estatais.

Este projeto é um desafio à sensibilidade de quantos pretendem reduzir despesas suntuárias em benefício de obras e realizações de sentido desenvolvimentista.

É, também, uma forma de não afrontar a pobreza involuntária de muitos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 178-70

Autor: Deputado Eurico Batista Rosas.

Súmula: Proíbe a aquisição de veículos automotores das categorias "Luxo, esporte e de procedência estrangeira" para o serviço público estadual e órgãos da administração indireta e dá outras providências.

I — Constitucionalmente perfeita a medida.

II — Matéria perfeitamente oportuna.

III — Meritória e plenamente justificada a pretensão.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em...

aa) Wilson Brando — Presidente — Emílio Carazzai — Relator —
Odilon Reinhardt. — Gilberto Carvalho. — Sebastião Rodrigues
Júnior. — Armando Queiroz. — Acyr José e Igo Losso.

— 1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 14-71, que aprova convênio celebrado em 28 de outubro de 1.970, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Agricultura, o Ministério de Agricultura através de sua Diretoria no Estado, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico e o Banco do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

MENSAGEM N.º 5-71

Curitiba, em 26 de abril de 1.971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 28 de outubro de 1.970, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura através da Diretoria Estadual do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná e o Banco do Estado do Paraná S. A., objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **Haroldo Leon Peres** — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital

Convênio que entre si fazem o Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual do Paraná, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Governo do Estado do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná e o Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima, objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

Aos 28 dias do mês de outubro de 1.970, o Ministério da Agricultura, daqui por diante referido como MINISTÉRIO, através da Diretoria Estadual do Paraná representada por seu Diretor, Dr. João Palma Moreira, por Delegação de Competência Portaria n. 436 de 19-10-1970; a Secretaria dos Negócios da Agricultura do Governo do Estado do Paraná, daqui por diante referida como SECRETARIA, representada pelo seu Titular Dr. Oscar Felipe Loureiro do Amaral, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, daqui por diante referida como CAFÉ DO PARANÁ, e, o Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima, daqui por diante referida como BANCO; firmam o presente, para a execução de um Projeto de Pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná, aprovando e convencionando o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — O presente Convênio tem por finalidade estabelecer condições para a execução de pesquisas de previsão de safras, no Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA — A execução dos serviços a serem procedidos ficará totalmente a cargo da Comissão de Estudos de Previsão de Safras do Paraná (CEPRES).

CLAUSULA TERCEIRA — Os trabalhos da CEPRES serão executados através de um projeto específico, objetivando estruturar e executar serviços de pesquisas para previsão de safras, baseado em processo científico de amostragem estatística.

CLAUSULA QUARTA — O Projeto referido na cláusula precedente deverá ser elaborado pela Secretaria Executiva da CEPRES e apresentado aos convenientes, para aprovação até 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Convênio.

CLAUSULA QUINTA — As partes convenientes assistirá o direito de proceder a qualquer época, julgada conveniente, a fiscalização dos serviços da CEPRES executado em decorrência do presente Convênio, assim como da aplicação de recursos fornecidos pelas partes convenientes para a execução dos serviços programados a fim de atender aos objetivos deste Convênio.

CLAUSULA SEXTA — As partes convenientes reunir-se-ão, por convocação de qualquer uma delas, nas cidades de Brasília - DF, ou Curitiba no Estado do Paraná, devendo a chamada ser procedida com um prazo mínimo de trinta dias.

CLAUSULA SETIMA — A coordenação das reuniões dos convenientes caberá ao Coordenador Técnico da CEPRES e, em sua ausência o impedimento, ao Subcoordenador.

CLAUSULA OITAVA — Os convenientes compromete-se através do presente Convênio a fornecer recursos financeiros para a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira.

CLAUSULA NONA — A participação financeira dos convenientes fica condicionada à prévia definição das despesas referidas no Projeto.

CLAUSULA DÉCIMA — O orçamento do Projeto para o exercício de 1.970, será atendido com os recursos dos convenientes, na seguinte proporção:

a) Ministério	Cr\$ 34.500,00
b) Café do Paraná	Cr\$ 10.000,00
c) Banco	Cr\$ 10.000,00

Para o corrente exercício os recursos do Ministério correrão à conta do Projeto "Previsão de Safras", elementos despesas 02.02.244, e nos exercícios subsequentes, à conta do respectivo Orçamento e no montante que for fixado.

A contrapartida da Secretaria para a execução do Projeto compreende:

a) Pessoal.

3) (três Engenheiros de nível médio, na sede da CEPRES.

4 (quatro) Técnicos de nível médio, na sede da CEPRES.

b) (cinco) Engenheiros Agrônomos, para trabalhos de campo, das Casas Rurais da Secretaria, com respectivos veículos.

b) Material.

3 — (três) veículos, na sede

2) — (duas salas devidamente mobiliadas e convenientemente instaladas, para os trabalhos da CEPRES.

Cláusula Décima Primeira — Os recursos atribuídos ao presente Convênio, serão recolhidos ao Banco do Estado do Paraná S.A., em conta titulada "Convênio Previsão de Safras-Paraná" e movimentadas pelo Coordenador Técnico em conjunto com o Sub-Coordenador da CEPRES.

Cláusula Décima Segunda — Os suprimentos serão liberados de acordo com o cronograma financeiro do Projeto.

Cláusula Décima Terceira — O prazo do presente Convênio é de 5 (cinco) anos, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, que se dará após o necessário registro do presente no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, podendo ser prorrogado mediante a concordância de todas as partes convenientes.

Cláusula Décima Quarta — Os casos omissos e as dúvidas que por ventura surgirem serão resolvidas e dirimidas de comum acordo pelos convenientes.

Cláusula Décima Quinta — Além do assentimento das partes convenientes o inadimplemento de qualquer cláusula ou condições deste Convênio implica na sua automática rescisão, independente de aviso ou notificação judicial ou extra-judicial.

Cláusula Décima Sexta — Fica eleito o Fôro da União para dirimir as dúvidas suscitadas na execução dêste Convênio.

E para constar e como prova do que ficou pactuado, firmam o presente termo em 8 (oito) vias de um só teor e forma perante as testemunhas instrumentárias para que produza os legítimos efeitos de direito.

João Palma Moreira

P/Ministério da Agricultura

Renato Sebastião Artimont

P/Café do Paraná

Oscar F. Loureiro do Amaral

P/Secretaria da Agricultura

Alovo Bringel Guerra

P/Banco do Estado do Paraná S.A.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 28 de outubro de 1.970, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente; **Igo Losso** — Relator; **Arthur de Souza**, **Gilberto Carvalho**, **Acyr José**, **Muggiati Filho**, **Odilon Reinhardt**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 14-71

AUTOR: Governo do Estado

SÚMULA: Mensagem n. 5-71 encaminhando, para os fins constitucionais, cópia autêntica de convênio celebrado entre o Estado, o Ministério da Agricultura, a Café do Paraná e o Banco do Estado, para os fins que especifica.

P A R E C E R :

Com a Mensagem n. 5-71, o Exmo. Sr. Governador do Estado encaminhou a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do convênio celebrado em 28 de outubro de 1.970, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná e o Banco do Estado do Paraná, objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

A iniciativa é de competência exclusiva do Governador do Estado e a sua execução encontra amparo no inciso IX, do art. 47, da Constituição Estadual.

Nos termos do inciso VII, do art. 22, da Constituição do Estado, opinamos favoravelmente, com o Projeto de Relação anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente; **Igo Losso** — Relator; **Arthur de Souza**, **Acyr José**, **Gilberto Carvalho**, **Odilon Reinhardt**, **Muggiati Filho**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado **Maurício Fruet**, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. **Luiz Neppel**. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado **Borsari Neto**, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela recondução do engenheiro **Luiz**

Antônio Veloso da Souza ao cargo de diretor-presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do sr. Tenente-Coronel Clovis Cunha Vianna, nas altas funções de Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de estudos e projetos necessários para a implantação de rede telefônica nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul. — **Aprovado.**

A Mesa dá ciência ao Plenário de que foram apresentadas na sessão de hoje doze emendas à proposta governamental de Reforma à Constituição. São de autoria dos seguintes srs. deputados: Cândido Martins de Oliveira, Antônio Belinati, Sebastião Rodrigues Júnior, Álvaro Dias, Domício Scaramela, Erondy Silvério.

Aproveitando a oportunidade, a Mesa solicita aos srs. Deputados que juntem uma cópia às emendas que forem encaminhadas à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para Explicação Pessoal, o sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos neste momento nos reportar ao Pedido de Informações de nossa autoria, cujo objetivo não era outro senão o de fazer com que fôsse, quem sabe concretizado o anseio de milhares de paranaenses.

Reportamo-nos à matéria de nossa autoria, que a bancada do Governo nesta Casa, apenas para satisfazer seu prazer, rejeitou. Refiro-me ao Pedido de Informações que visava a acabar com os estacionamento proibidos no Estado do Paraná.

Em vários pontos das vias públicas de Curitiba, Londrina, Maringá e outros centros, o motorista que chega com o seu carro, se vê obrigado a pagar o estacionamento, porque nos poucos espaços das vias públicas, ele se vê tolhido com a indicação de estacionamento privativo para esta ou aquela repartição pública, para esta ou para aquela autoridade, e, principalmente, para grandes firmas e grandes hotéis. E se continuasse naquele mesmo ritmo, em pouco tempo não se teria mais lugar para estacionar em Curitiba. A nossa manifestação era para acabar com os privilégios de hoje, sr. Presidente, srs. Deputados nós estamos vendo a confirmação da oportunidade que nos motivou para trazer aquele material para por fim aos privilégios nos estacionamento das vias públicas, porque certamente os srs. já devem ter tomado conhecimento da nova, magnífica e extraordinária determinação do Conselho Nacional de Trânsito, baixada ontem à tarde, acabando, em todo o Brasil, com os estacionamento privativos. Foi uma medida feliz, foi uma providência que vem acabar com aqueles privilégios tão prejudiciais àqueles que possuem o seu carro, que pagam o imposto, às vezes idêntico ou até mais do que uma repartição pública.

Assim sendo, sr. Presidente, se estamos nos reportando a este fato, é para demonstrar que não devíamos, nesta Casa de Lei, votar, não porque somos uma bancada minoritária do M.D.B., que tem a sua posição de vigilância, de fiscalização ao Governo; quem sabe, nem todos os parlamentares tomaram conhecimento da íntegra da matéria que aqui trouxemos, porém, dentro daquele sistema onde a maioria esmaga a minoria, para satisfazer os palácios. Nós viemos trazer a nossa matéria na mesma data em que outra matéria do ilustre deputado Álvaro Dias tomava outros destino. Era a nossa matéria rejeitada sumariamente. Nós queremos aqui ape-

lar, sr. Presidente, srs. Deputados, para que, nesta Casa de leis não haja o espírito de prapotência da bancada do Governo, que é majoritária. São 34 governistas e a nossa bancada, com nove deputados, mais 4 da bancada da Arena. Nós não viemos para a Assembléia com o único desejo de fazer críticas ao sr. Governador; no instante em que S. Exa. fizer alguma coisa para o Paraná, ele terá o nosso aplauso e se não recebeu ainda o nosso elogio, é porque, infelizmente, com dois meses de Governo, nós não vimos até agora nenhuma obra, uma única obra, pelo menos, iniciada no Paraná; mas no instante em que vierem as obras de grande envergadura, viremos aqui bater palmas a um Governo que trabalha. Não estamos aqui com o intuito de uma oposição sistemática ao Governo que se implantou há dois meses no Paraná. Porém, sr. Presidente, o mesmo tratamento que iremos dispensar ao Governador do Paraná, acreditamos deva ser aquêle dispensado a nós, também, pelo homem que apoia o sr. Haroldo Leon Peres. A bancada do M.D.B. é pequena, porém todos nós, a exemplo dos srs., viemos aqui bater palmas a um Governo que trabalha. Não estamos aqui com o derre, srs. Deputados, queremos justificar a nossa ausência hoje ao jantar que o Governador Haroldo Leon Peres estará oferecendo ao sr. Comandante da 1a. Região Militar, para o qual tivemos a honra de ser convidados. Devemos justificar a nossa ausência, com uma viagem que faremos hoje, em companhia do companheiro Álvaro Dias a Londrina. E, para evitar especulações em torno de nossa ausência, estamos neste momento ocupando a Tribuna para dizer que reconhecemos os grandes méritos, a figura humana dêste paranaense que acabou de ser investido no comando da 5a. Região Militar. Lamentamos profundamente, não podermos hoje comparecer para esta grande homenagem. Mas mesmo ausentes, dêste banquete no Palácio Iguaçu, queremos dizer que nos rendemos toda nossa homenagem ao novo titular da 5a. Região Militar. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, às 10.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 43-70;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 312-70;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 178-70 e de Resolução n. 5-71.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 142-70.

Levanta-se a sessão.